

Educação Inclusiva: reflexões sobre a escola e a formação docente

Ana Karla Gomes Barbosaⁱ 

Universidade Estadual do Ceará - UECE, Fortaleza, CE, Brasil

Tarcileide Maria Costa Bezerraⁱⁱ 

Universidade Estadual do Ceará - UECE, Fortaleza, CE, Brasil

Resumo

O presente artigo aborda algumas questões que envolvem o binômio educação e inclusão escolar. Tem-se por objetivo geral discorrer sobre as transformações fundamentais que devem ocorrer no currículo escolar e na formação docente com vistas à prática inclusiva de educação. Como objetivos específicos, o estudo visa: investigar as transformações fundamentais para a prática da Educação Inclusiva; verificar a existência da relação entre Educação Inclusiva e formação docente; conhecer a função da escola perante a Educação Inclusiva; e analisar o papel do professor frente ao desafio de incluir. Trata-se de um estudo de natureza qualitativa, desenvolvido a partir de revisão bibliográfica de cunho exploratório. O estudo aponta como resultado que a Educação Inclusiva requer adaptações no ambiente educacional, que vão desde uma postura acolhedora da escola em relação às crianças com deficiência até inovações metodológicas na prática pedagógica do professor na sala de aula.

Palavras-chave: Educação Inclusiva. Escola regular. Formação docente.

Education inclusion: reflexions about school and teacher training

Abstract

This article addresses some issues involving the education and school inclusion binomial. The general objective is to discuss the fundamental changes that must occur in the school curriculum and in teacher training with a view for the inclusive practice of education. As specific objectives, the study aims: to investigate the fundamental transformations for the practice of Inclusive Education; verify the existence of the relationship between Inclusive Education and teacher training; know the role of the school in Inclusive Education and understand the teacher's role in the challenge of inclusion. This is a qualitative study developed from a bibliographical review of an exploratory nature, based on theorists who work on the inclusion of people with disabilities in regular schools. As a result, the study points out that an Inclusive Education requires essential adaptations in the educational environment, ranging from a welcoming attitude of the school towards children with disabilities to methodological and technological innovations in the pedagogical practice of the teacher in the classroom.

Keywords: Inclusive Education. Regular school. Teacher training.

1 Introdução

No século XVIII, as pessoas com deficiência ou alguma diferença em seu desenvolvimento eram vistas como um real problema na sociedade. Esse período antecedeu ao surgimento da Educação Especial, que consistiu numa realidade de segregação e preconceito, que fora necessária para a evolução educacional e social da época.

Segundo Mazzotta (2001), a Educação Especial no Brasil surgiu como resultado de iniciativas de grupos de brasileiros interessados na causa das pessoas com deficiência e estimulados pelo que estava acontecendo na Europa e nos Estados Unidos¹.

Conforme Magalhães (2002), as ideias iniciadas no exterior partiram de grupos elitistas que faziam parte de uma sociedade escravocrata e agrária, na qual poucas pessoas tinham acesso à escolarização. Pode-se pensar que essas iniciativas visavam colocar fim nas barreiras que impossibilitavam as pessoas com deficiência de aprenderem e se desenvolverem na sociedade. Porém o ensino especial, voltado para aqueles que outrora eram discriminados por suas diferenças, mantinha os alunos em ambientes educacionais separados, o que exigiu mudanças. Esse fato, com o passar dos anos, resultou na necessidade de que a educação de pessoas com deficiência em uma perspectiva inclusiva acontecesse, preferencialmente, na instituição de ensino regular, conforme expresso na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9.394/1996.

Partindo do anseio de se constatar se a Educação Inclusiva é uma realidade na prática escolar das pessoas com deficiência, este estudo se estrutura em duas partes fundamentais. A primeira é referente aos aspectos metodológicos que deram origem à pesquisa. As afirmações dessa parte inicial são firmadas nos estudos de Córdova e Silveira (2009), autores que elaboraram conhecimentos científicos acerca da pesquisa qualitativa e bibliográfica. A segunda parte é referente à discussão da temática da inclusão escolar, como também à apresentação dos resultados do estudo.

¹ De acordo com Mazzotta (2001), a Europa foi o lugar onde se identificou as primeiras ações voltadas para favorecer as pessoas com deficiência. Depois, as ideias foram levadas para os Estados Unidos, Canadá e Brasil.

As discussões presentes na segunda parte deste artigo abordam, primeiramente, as transformações fundamentais para que ocorra a prática da Educação Inclusiva. Utiliza-se, oportunamente, os estudos de Libâneo (2013), para compreender a função social da escola e do ensino, e as pesquisas de Magalhães (2002), para descrever quais as adaptações escolares exigidas pela escola inclusiva. Em seguida, verifica-se a existência da relação entre Educação Inclusiva e formação docente, tendo como base as afirmações de Cunha (2017) sobre a necessidade de preparo do professor. Discorre-se, ainda, sobre a função da escola perante a Educação Inclusiva e o papel do professor frente ao desafio de incluir, fundamentado nas contribuições de Andrade (2014) e Cunha (2017).

O estudo também pauta suas discussões na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9.394/1996 em relação à educação escolar da pessoa com deficiência. Por fim, os resultados do estudo são detalhados, seguidos das considerações finais.

2 Metodologia

Esta pesquisa tem por objetivo geral investigar a existência da relação entre educação e inclusão por meio de reflexões acerca de possíveis transformações no ambiente escolar e na formação docente. O estudo visa, ainda: (a) investigar as transformações fundamentais para a prática da Educação Inclusiva; (b) verificar a existência da relação entre Educação Inclusiva e formação docente; (c) conhecer a função da escola perante a Educação Inclusiva; e (d) analisar o papel do professor frente ao desafio de incluir.

Sabe-se que o planejamento de um estudo investigativo é etapa fundamental para o desenvolvimento satisfatório de uma pesquisa científica. O pesquisador pode optar por duas abordagens no momento de realizar o seu estudo. São elas: qualitativa e/ou quantitativa. Segundo Córdova e Silveira (2009), a pesquisa qualitativa se preocupa mais com a compreensão de um grupo social ou organização do que com representações numéricas. Assim, este estudo tem seus fundamentos alicerçados na natureza qualitativa, pois se apropria de opiniões e

estudos científicos de autores que versam sobre a temática da Educação Inclusiva e suas diferentes visões sobre a prática inclusiva na escola.

Conforme Gil (1987), a pesquisa bibliográfica se desenvolve com base em materiais já elaborados, como livros e artigos. É diante dessas características que o referido estudo se caracteriza como bibliográfico.

O presente estudo consiste numa pesquisa bibliográfica de caráter exploratório, quando foram feitas leituras com base em diferentes livros, artigos e documentos oficiais que versam sobre a inclusão escolar. A partir da leitura das obras dos autores escolhidos para fundamentarem as ideias aqui tecidas, algumas problemáticas relativas à formação docente, o papel do professor perante a inclusão escolar, bem como a função da escola numa perspectiva de Educação Inclusiva, foram levantadas.

Os autores estudados para a realização desta pesquisa foram: Marcos J.S Mazzotta (2001), Fabiana Andrade (2014), Eugênio Cunha (2017), José Carlos Libâneo (2013), Denise Tolfo Silveira (2009), Fernanda Peixoto Córdova (2009), Antonio Carlos Gil (1997) e Rita de Cássia Magalhães (2002). Além desses autores, utilizou-se a Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9.394/1996, para se ter ciência sobre o que diz a legislação acerca da Educação Especial e Inclusiva no cenário brasileiro.

3 Resultados e Discussões

A finalidade de se conhecer a educação escolar em uma perspectiva inclusiva partiu, inicialmente, de uma breve compreensão do surgimento da Educação Especial. Essa modalidade de ensino se consolidou na sociedade com características específicas, que visavam à assistência educacional às pessoas que viviam em uma realidade da segregação social.

Segundo Mazzotta (2001), as primeiras manifestações em favor da Educação Especial no Brasil foram incentivadas por grupos isolados que viviam em uma sociedade em que nem todos tinham acesso à escolarização. Essa realidade deu origem às primeiras instituições em um caráter mais de assistência médica do

que pedagógica. Um exemplo desse fato foi a criação do Imperial Instituto de Meninos Cegos (1854), fundado na cidade do Rio de Janeiro, e mais tarde da Sociedade Pestalozzi (1932) e da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (1954). É importante salientar que nessa época o governo ainda não se responsabilizava pelo atendimento oferecido às pessoas com deficiência.

5 Apesar da fundação de inúmeras instituições voltadas para a assistência do referido grupo, esse novo serviço especializado ainda acontecia em ambientes separados da sala de aula comum, ou seja, o aluno com deficiência não era educado formalmente em uma classe com as crianças ditas normais, o que fica bem representado pela realidade da década de 1930 com o surgimento das classes especiais.

É possível pensar que a preferência em manter as crianças com deficiência nas classes especiais ocorreu devido às dificuldades específicas que cada educando carregava em sua história e no seu desenvolvimento físico e mental, transpondo os limites daquilo que a educação regular podia oferecer. Assim, “acreditava-se que este tipo de atendimento - institucionalizado – seria o mais adequado em virtude das peculiaridades advindas das deficiências” (MAGALHÃES, 2002, p. 35).

Apesar da realidade de segregação que caracterizou o início do ensino especializado, a Educação Especial pode ser entendida como uma resposta das minorias da época, que buscavam melhores condições de acesso à aprendizagem e ao ensino, para que pudessem ter a oportunidade de atuação na sociedade. Segundo Magalhães (2002), com base no contexto histórico do surgimento da Educação Especial, deve-se considerá-la como prática social historicamente produzida e não simplesmente como uma especialização para alguns profissionais das áreas da educação e da saúde.

É considerando o que foi relatado acima que o atendimento especial em ambientes à parte da instituição regular não se definiu em sua essência como prática social que abrangesse a todos, que gerasse um senso de comunidade e que levasse o indivíduo a interagir com os demais, como também a ter acesso a todas as aprendizagens possíveis do seu tempo.

Além disso, o surgimento de diversos movimentos² que visavam à inclusão social de grupos minoritários proporcionou melhor entendimento sobre a educação que deveria ser oferecida às pessoas com alguma dificuldade, limitação ou deficiência. Sendo assim, a sala de aula regular pareceu ser o melhor lugar para a construção de uma educação significativa livre de discriminação e com todas as possibilidades de aprendizagens necessárias ao indivíduo.

6

Conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9.394/1996, em seu Art. 58, a educação da criança com deficiência deve acontecer, preferencialmente, em ambientes de ensino regulares. Observar a referida afirmação na lei brasileira faz surgir o pensamento reflexivo e crítico sobre as mudanças fundamentais que a escola precisa realizar para que tal modalidade de educação ocorra em uma perspectiva inclusiva.

Segundo Libâneo (2013), a educação é um fenômeno social, portanto é socialmente determinada. Estabelecer a relação entre educação e sociedade é considerar as demandas sociais do meio no espaço educacional, de forma a não separar ou privilegiar interesses, mas englobar as realidades dos diferentes sujeitos entendendo sua importância e sua história.

Desse modo, refletir sobre a educação inclusiva na escola regular é enxergar a exigência de um currículo transformador, inovador, flexível e que está firmado nas bases da diversidade.

Segundo Magalhães (2002), a escola inclusiva, com currículo e metodologia flexíveis de fundamentação na diversidade, requer a consideração das diferenças individuais dos seus alunos no que se refere ao ritmo de aprendizagem, ao interesse, à origem social, às habilidades e à motivação dos estudantes para realizarem diferentes propostas. É interessante pensar nas transformações exigidas pela perspectiva da escola inclusiva e relacioná-las com o protagonismo do aluno.

O currículo escolar como também as metodologias propostas para as diferentes aprendizagens devem perceber a criança como o centro desse processo.

² Um movimento que ficou conhecido na década de 70 foi o de filosofia da integração em educação especial, ou seja, as pessoas com deficiência deveriam ser educadas em ambientes regulares de ensino.

As dificuldades que o sujeito possui em seu desenvolvimento não devem se constituírem barreiras para o seu progresso físico, motor, cognitivo, intelectual e social. É importante ressaltar que a escola, ao considerar as diferenças individuais de seus educandos, estará disposta a oferecer diferentes caminhos de ensino-aprendizagem, que potencializarão as habilidades existentes nos educandos.

Concordante com Magalhães (2002), a ideia de uma Educação Especial na perspectiva inclusiva dispõe a referida modalidade em uma posição transversal dentro da escola, ou seja, é uma prática educativa que perpassa por toda a educação básica, como também por todos os educadores.

Pensar a Educação Especial como prática transversal é tornar indissociável sua relação com a formação dos profissionais das classes regulares, pois, embora exista o educador do Atendimento Educacional Especializado (AEE)³, a sala de aula regular é o ambiente preferível para que o aluno com deficiência possa aprender, interagir e se desenvolver como indivíduo social.

Segundo Cunha (2017), para a instituição de ensino atender os propósitos da inclusão, deverá possuir adequação e organização concernentes à diversidade discente. Não somente isso, mas, quanto ao quadro docente, deverá ela conceder as condições essenciais de trabalho e possibilitar a constante atualização dos seus profissionais; caso contrário, os resultados podem não ser tão positivos.

Entende-se que o professor, primeiramente, deve conhecer a filosofia da escola inclusiva e se permitir elaborar uma nova visão sobre a aprendizagem de diferentes habilidades de seus educandos. Conforme Cunha (2017), quando se acredita no indivíduo, no seu potencial humano e na sua capacidade de reconstruir seu futuro, incluímo-lo, e as atitudes se tornam o gatilho que darão início à emancipação.

É importante reiterar que a escola, enquanto instituição transformadora e formadora, é a responsável por desencadear a visão que enxerga as possibilidades para a aprendizagem da pessoa com deficiência, o que ocorre por meio de

³ É um atendimento voltado para o aluno com deficiência, que acontece na escola e no contraturno da aula do aluno na sala regular. Ocorre em uma sala de recurso com os materiais pedagógicos e tem um profissional especializado (professor do AEE) para realizar os atendimentos.

pesquisas entre os educadores, momentos de debates entre os profissionais e a gestão que buscarão melhorias para o processo educativo das crianças, e movimentos de conscientização sobre a importância e as reais possibilidades de efetivação da inclusão escolar.

Compreende-se ainda que o professor, ao possuir as condições necessárias para o seu trabalho com todas as crianças, precisa observar as metodologias que nortearão a sua prática pedagógica, pois essas constituem o caminho em direção à aprendizagem do aluno.

Conforme Andrade (2014), quando o professor prepara as suas aulas, ele deve pensar nas habilidades que os estudantes precisam desenvolver, nas dificuldades que necessitam superar e em que ponto devem avançar. Essa atitude docente visa contemplar a sala de aula em toda sua heterogeneidade, considerando sua diversidade e inserindo a pessoa com deficiência nesse processo.

O presente estudo, identificou necessidades de mudanças relevantes no âmbito do entendimento da educação como prática social, como também da compreensão de que vivenciar a inclusão no ambiente regular é uma tarefa que necessita de planejamento, estratégia, currículo flexível e inovador e da quebra de diversos paradigmas que impedem a escola de se adaptar aos diferentes indivíduos que ingressam nela rotineiramente.

A pesquisa verificou a existência da relação entre Educação Inclusiva e formação docente, percebendo a Educação Especial como tema transversal na escola, portanto necessitando da aquisição de conhecimentos por parte dos educadores para a inclusão dos educandos com deficiência na sala de aula regular.

Esta pesquisa também constatou a relevância da escola perante a Educação Inclusiva como espaço acolhedor das diferenças e viabilizador de discussões dialógicas para a melhoria da formação dos professores, com vistas à inclusão escolar de alunos com e sem deficiência.

A pesquisa aqui descrita proporcionou conhecer qual o papel do professor frente ao desafio de incluir. Assim, afirma que o professor tem o papel de ser mediador da aprendizagem de todas as crianças. Para tanto, precisa nutrir, em sua prática pedagógica, a preocupação com as metodologias que devem nortear o seu

trabalho na sala de aula. As metodologias devem ser assertivas, flexíveis, com suas raízes fincadas na diversidade e com o olhar individualizado do aluno, considerando, ainda, a heterogeneidade do ambiente de ensino.

4 Considerações Finais

9

A Educação Inclusiva surgiu com o propósito de extinguir a segregação e a discriminação das pessoas com deficiência no espaço escolar, proporcionando possibilidades para que a criança e/ou o adolescente com deficiência pudessem ter os mesmos direitos de aprendizagem relativos aos alunos ditos normais.

Este estudo pesquisou a relação entre educação e inclusão por meio de reflexões, possíveis transformações fundamentais na escola e formação docente. Percebeu-se, com esse, que a educação e o ensino devem ser vistos como uma prática social e a escola, como um espaço de diversidade, ou seja, de acolhimento às diferenças. A Educação Inclusiva é uma ferramenta que possibilita ao aluno aprender de forma coletiva e individualizada, respeitando sua singularidade, seus ritmos e interesses.

É diante desse fato que o sujeito com deficiência necessita de uma educação de qualidade que potencialize suas habilidades e proporcione a aprendizagem de novas, para que ele ocupe o seu lugar de cidadão de direitos na sociedade.

A pesquisa identificou que, para que haja Educação Inclusiva na escola, mudanças são inevitáveis. Compreendeu-se que a instituição deve se preparar para receber o educando com deficiência, desfazendo as barreiras atitudinais, arquitetônicas e pedagógicas, e estando disposta a se adequar às necessidades de todos por meio de um currículo diverso, flexível e inovador.

Ficou evidente, com a presente investigação bibliográfica, que é também função da escola, como instituição formativa, oferecer condições de formação aos seus professores; e que o professor tem o papel de planejar, de decidir sobre as metodologias que irá trabalhar na sala de aula e deve manter interesse em

metodologias assertivas e inovadoras que visam favorecer os diferentes modos de aprendizagem de seus alunos.

Este estudo proporcionou aprendizagem, aperfeiçoamento profissional e científico, e ampliou a visão acerca da Educação Inclusiva no ambiente regular de ensino. Oportunizou, também, o conhecimento dos desafios que existem e que devem ser superados pela comunidade escolar, para que ocorra a inclusão e a educação de qualidade para as pessoas com deficiência.

Referências

ANDRADE, F. **A pedagogia do afeto na sala de aula**. Ilustrações: Vanessa Alexandre. 2. ed. Recife: Prazer de Ler, 2014.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº9.394/96**. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2017.

CÓRDOVA, F. P.; SILVEIRA, D. T. **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2009.

CUNHA, E. **Autismo e inclusão: psicopedagogia práticas educativas na escola e na família**. 7. ed. Rio de Janeiro: Wak Ed., 2017.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1987.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

MAGALHÃES, R. C. P.; LAGE, A. M. V. **Reflexões sobre a diferença: uma introdução à Educação Especial**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002.

MAZZOTTA, M. J. S. **Educação Especial no Brasil: História e políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 2001.

ⁱ Ana Karla Gomes Barbosa, ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6589-8734>

Universidade Estadual do Ceará

Especialização em Psicopedagogia Clínica e Institucional pela Universidade Estadual do Ceará - UECE; Graduada em Pedagogia pela UECE e professora substituta da Prefeitura Municipal de Fortaleza.

Contribuição de autoria: pesquisa, discussão e resultados.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7785030155901825>

E-mail: ana.karlagomesb@gmail.com

ii **Tarcileide Maria Costa Bezerra**, ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2608-9571>

Universidade Estadual do Ceará

Professora da Universidade Estadual do Ceará – UECE; Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN; Mestre em Educação, Especialista em Psicomotricidade e Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal do Ceará – UFC.

Contribuição de autoria: pesquisa, discussão e resultados.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4912669764640422>

E-mail: tarcileide.bezerra@uece.br

Editora responsável: Karla Colares Vasconcelos

Como citar este artigo (ABNT):

BARBOSA, Ana Karla Gomes; BEZERRA, Tarcileide Maria Costa. Educação Inclusiva: reflexões sobre a escola e a formação docente. **Ensino em Perspectivas**, Fortaleza, v. 2, n. 2, 2021.